

Livro nº. 6

Folha 182

ff



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÊNIO 2013/2017

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL**

2014/04/25

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 25 de abril de 2014

----- Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, pelas dezassete horas, no edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Abertura solene da sessão comemorativa do 40º Aniversário do 25 de abril: (Intervenções de cada bancada alusivas à efeméride: cerca de 5 minutos cada intervenção); -----**
- 2. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto – Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; -----**
- 3. Análise e votação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil catorze; -----**
- 4. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e treze. -----**

----- Assumiu a Presidência da Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Guilherme Coelho Alves, assumindo o senhor Vítor Fernandes o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário a senhora Marinha Esteves. -----

----- Esteve presente nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os senhores Vereadores Dr.^a Liliana Machado, Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado as faltas justificadas da senhora deputada Maria José Arantes e senhor deputado Filipe Mota Pires, tendo sido substituídos, nos termos da Lei, pela senhora deputada Eva Sousa e senhor deputado Rui Costa, respetivamente. -----

----- Comprovada a existência de “Quórum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão e iniciou a «sessão solene das comemorações do “40.º Aniversário do 25 de abril», sendo que, depois de divulgar a ordem sequencial de intervenção das bancadas parlamentares face aos resultados obtidos nas últimas eleições autárquicas,

JK

concedeu a palavra ao representante do Movimento Partido da Terra, senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa que iniciou a sua intervenção com a leitura do documento que de seguida se transcreve na íntegra: -----

Intervenção dos "40 Anos do 25 de Abril de 1974" -----

---*Senhor Presidente da Assembleia Municipal,* -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Caros colegas Deputados Municipais, -----

Caros cidadãos, -----

Eu não vivi o 25 de Abril de 74; o pouco que sei é pelo que os mais velhos me contam, pelo que aprendi na escola ou por aquilo que vou lendo nos jornais e nos livros. Será sempre pouco perante todos os que tiveram oportunidade de o viver; no entanto, fica o desejo de ter vivido esse dia para perceber melhor a sua importância, apesar dos momentos conturbados e as dificuldades que se sucederam na frágil democracia. Comparando o 25 de Abril com outras revoluções que aconteceram pelo mundo, posso concluir que esta foi uma revolução sem igual na História; sem banhos de sangue, com o povo unido e sem grandes resistências. Talvez por isto chego mesmo a achar, com o peito cheio de orgulho, que os portugueses são um povo superior aos olhos do mundo, mesmo apesar de alguma preguiça com que nos querem rotular. Já passaram quarenta anos; receio que tenha passado tanto tempo e a memória da revolução se esteja a perder porque vão sendo cada vez menos aqueles que viveram esta data e os testemunhos se ficam pelos registos nos livros de História. -----

Por vezes, penso que a liberdade é um bem adquirido, mas a realidade mostra-me que posso estar enganado; alguns estudos internacionais dizem que desde o ano 2000 as sociedades começaram a deixar de ser democráticas porque preferem um bom estado da economia em lugar de uma boa democracia. -----

Vivemos numa sociedade da informação, mas quanto mais acesso a ela temos, mais limitamos os horizontes do pensamento e somos conduzidos a ideias "standarizadas" por via de redes sociais e não só; em que a diferença é "olhada" com desconfiança e algum repúdio; em que uso da liberdade por uns ofende a integridade do outro. -----

Quarenta anos se passaram do tempo de Abril e vemos que a liberdade do nosso povo é posta à prova todos os dias pelos ataques do poder central; cada vez mais as decisões vêm do capital; cada vez mais senhores que desconhecem o país real produzem leis com régua e esquadro, substituindo pessoas por números e percentagens. -----

Não podemos dizer que o 25 de Abril foi cumprido quando, dia após dia, se encerram

escolas, hospitais, tribunais e tantos outros serviços públicos, condenando o futuro das pessoas, das freguesias e dos concelhos. Não se vive em democracia plena quando se perde o que demorou a ser conquistado e construído. Não se vive em democracia plena quando perdemos soberania à mercê de três intervenções externas para ajuda financeira como da Troika, tendo, esta última, provocado uma crise económica, social e financeira sem precedentes devido a má gestão de alguns Governos que vivem em alternância com o poder. Não foi para isso que serviu a revolução. -----

Pena que muitos cidadãos desvalorizem a revolução que lhes concedeu o direito ao voto e, perante esta crise e o descrédito do sistema político, preferem ficar no sossego, no conformismo da abstenção e da crítica fácil. -----

A democracia, ainda jovem, está doente por culpa de todos que a deixaram chegar a este estado; nós, os presentes nesta Assembleia, temos em mãos uma grande responsabilidade: o exemplo. -----

Final de intervenção do MPT. -----

----- Posteriormente, assumiu a palavra o senhor deputado representante da Coligação Democrática Unitária – Partido Comunista Português, senhor deputado Alexandre Pereira que procedeu então à sua intervenção conforme documento que de seguida se transcreve na íntegra: -----

40º Aniversário da Revolução de Abril-----

Os Valores de Abril no Futuro de Portugal-----

A Revolução de Abril constituiu uma realização da vontade do povo português, uma afirmação de liberdade, de emancipação social e de independência nacional. -----

A Revolução de Abril, culminando uma prolongada e heroica luta anti-fascista, pôs fim a 48 anos de ditadura, à guerra colonial reconhecendo aos povos colonizados em luta o direito à independência, ao isolamento internacional de Portugal e realizou profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que constituem componentes de um sistema e de um regime que abriram na vida do País a perspectiva de um novo período da história marcado pela liberdade e pelo progresso social. -----

A conquista e instauração das liberdades, dos direitos dos cidadãos e de um regime de democracia política foram inseparáveis da liquidação do poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários, através das nacionalizações, do controlo operário e da Reforma Agrária e das outras transformações socioeconómicas indispensáveis ao desenvolvimento do País. Perante a conspiração, a sabotagem e as tentativas de golpes de força de sectores reaccionários apoiados pelos grandes

capitalistas, pelos agrários e pelo imperialismo estrangeiro, as referidas transformações foram além do mais necessárias para a defesa das liberdades e da democracia. -----

A classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas –unidos na aliança Povo-MFA – desempenharam um papel fundamental em todas as conquistas democráticas, que foram depois consagradas na Constituição da República, aprovada em 2 de Abril de 1976. -----

Partido decisivo na luta pela conquista da liberdade e da democracia, o PCP interveio em todo este processo como força política insubstituível e determinante. O seu papel na Revolução de Abril e na fundação do regime democrático inscreve-se como dos maiores feitos da sua história. -----

A Revolução de Abril mostrou conter em si a força e as potencialidades necessárias para empreender a eliminação de muitas das mais graves desigualdades, discriminações e injustiças sociais e para a construção de uma nova sociedade democrática. -----

A Revolução de Abril significou um extraordinário progresso da sociedade portuguesa. Assuas grandes e históricas conquistas criaram condições para um dinâmico desenvolvimento económico, social, político e cultural conforme com a situação, os interesses, as necessidades e as aspirações do povo português e de Portugal, que caracterizaram no seu conjunto o regime democrático resultante da Revolução – uma democracia avançada rumo ao socialismo. -----

Para além do seu significado histórico no plano nacional, a Revolução de Abril constituiu um relevante acontecimento na história contemporânea, com importantes repercussões internacionais. -----

Apesar das suas aquisições históricas, muitas das suas principais conquistas foram, entretanto, destruídas. Outras, embora enfraquecidas e ameaçadas, continuam presentes na vida nacional. Todas são referências e constituem valores essenciais no presente e para o futuro democrático e independente de Portugal. -----

Os grandes Valores da Revolução de Abril criaram profundas raízes na sociedade portuguesa e projetam-se como realidades, necessidades objetivas, experiências e aspirações no futuro democrático de Portugal. -----

O 40º Aniversário da Revolução de Abril assinala-se num momento em que os trabalhadores e o povo português se confrontam com o aprofundamento da agressão aos seus direitos sociais, económicos e culturais, em consequência de uma inaceitável intervenção externa da União Europeia e do FMI, acordada com o PS, PSD e CDS, na

sequência dos PEC do Governo PS, que agride a soberania e põe em risco a independência nacional. -----

Agressões estas que no Concelho de Terras de Bouro se materializam no encerramento do posto dos CTT em Vilar da Veiga, na ameaça do encerramento das finanças, na saúde com o atraso inaceitável na conclusão das obras do centro de saúde de Moimenta e a falta de médicos de família no concelho. Em suma no abandono a que estas e outras terras do interior estão sujeitas. -----

Agressão também com a destruição das Freguesias agregadas, que ignora as populações locais e as suas tradições, com a intensificação das orientações e decisões tomadas pelo governo através do Parque Nacional que maltrata as pessoas e seus direitos. -----

Ou com a alteração pretendida à lei dos Baldios com grande impacto no nosso Concelho. Esta tentativa de espoliar os povos serranos do que é seu por direito há séculos, e que a Revolução de Abril, cujo 40º aniversário comemoramos este ano, consagrou em Lei. -----

Depois de dezenas de anos a enfrentar o fascismo que sempre os procurou usurpar, os povos dos baldios, seus legítimos proprietários, gestores e usufrutuários, enfrentaram, ao longo dos últimos 37 anos de política de direita, quase duas dezenas de tentativas de alterar a lei dos baldios, com a direita parlamentar sempre a procurar servir os interesses do grande capital da fileira, e outros apetites neste imenso património. -----

Com efeito, ao servir de complemento ao rendimento de muitas famílias que aí apascentam os seus gados, recolhem lenhas e fazem aproveitamentos silvo-florestais e, por outro lado, ao contribuírem com as suas receitas, para obras e melhorias nas localidades, para a construção de equipamentos sociais, para a manutenção de espaços de convívio e lazer, para a eletrificação de espaços públicos, para garantir o abastecimento de água potável, criaram condições para a fixação de famílias que a política de direita de desprezo pelo interior e pelo mundo rural, empurrou para a emigração, num processo de desertificação e despovoamento. -----

A grave situação que Portugal vive atualmente é indissociável da política de direita levada a cabo ao longo dos últimos 37 anos, por sucessivos governos do PS, PSD e CDS, que foram sistematicamente destruindo e combatendo as transformações e conquistas progressistas da Revolução de Abril, promovendo a reconstituição do poder dos grupos monopolistas e a submissão do País à União Europeia, e ao imperialismo.

Uma política de intensificação da exploração e destruição dos direitos laborais e sociais dos trabalhadores e do povo português, que afundou a produção nacional, arruinou a economia e endividou o País. -----

No momento em que os trabalhadores e o povo português assinalam o 40º Aniversário da Revolução de Abril, o PCP reafirma o seu firme empenhamento e confiança que, com a força e determinação da luta dos trabalhadores e do povo, com a acção convergente dos democratas e patriotas, é possível derrotar o governo PSD/CDS e a política de direita e abrir caminho à construção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda, na afirmação dos Valores de Abril no futuro de Portugal. -----

O PCP não pode deixar de expressar a sua mais firme rejeição pelas tentativas de responsabilizar a Revolução de Abril – e o que esta significou e representou de avanços de emancipação e de progresso social e nacional – pelas desastrosas consequências de 37 anos de processo contrarrevolucionário, este sim, o verdadeiro responsável pelo atual rumo de retrocesso e declínio nacional. -----

O PCP rejeita igualmente as inaceitáveis e perigosas tentativas daqueles que, apontando o dedo aos «partidos» e colocando-os a todos «no mesmo saco», efetivamente branqueiam os reais responsáveis pelo atual rumo de retrocesso e declínio nacional – o PS, PSD e CDS –, contribuem para a ofensiva contra o regime democrático e ocultam aqueles que – como o PCP – têm firme e coerentemente lutado em defesa da liberdade, da democracia e das conquistas alcançadas com a Revolução de Abril, contra a política de direita que as coloca em causa, apontando a alternativa que concretize os Valores que Abril representa. -----

Do mesmo modo, face às tentativas de reescrita da história e de apagamento da natureza e real significado da Revolução de Abril, o PCP salienta que comemorar Abril é combater o branqueamento da natureza terrorista da ditadura fascista que oprimiu o povo português e assassinou, prendeu, torturou milhares de democratas e da ditadura que intensificou a exploração dos povos das colónias e fez uma criminoso guerra colonial, causa da morte e estropiamento de milhares de jovens portugueses e de patriotas africanos. -----

Que comemorar Abril é defender e afirmar o seu carácter revolucionário que não só devolveu a liberdade ao povo e ao País, como realizou profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais. Que comemorar Abril é prestar a justa homenagem aos militares de Abril pelo seu papel na liquidação da ditadura fascista e que reconhecidamente tão maltratados foram por sucessivos detentores do poder político ao longo dos últimos 37 anos. Que comemorar Abril é combater o

silenciamento e a descaracterização da luta heroica dos trabalhadores, de democratas e patriotas, nos quais se incluem, com relevante papel, os comunistas. -----

O futuro de Portugal como País democrático, desenvolvido, soberano e independente, não pode ser assegurado mantendo o domínio e interesses das forças que trouxeram o País à grave situação em que se encontra. -----

É na defesa do regime democrático e da Constituição da República, importantes conquistas de Abril, que se encontra a matriz de uma política patriótica e de esquerda capaz de assegurar o desenvolvimento económico e social do País, e não na sua subversão e destruição, como procuram fazer os dirigentes políticos e os partidos que querem autoabsolver-se e absolver as suas opções e práticas políticas como causas das situações de desastre em que nos encontramos. -----

Para o PCP as comemorações do 40º Aniversário da Revolução de Abril devem ser um tempo e um momento de afirmar nas ruas a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao povo e a Portugal, à sua história e ao seu futuro, um momento de resistência e luta contra esta ofensiva reacionária, contra as forças que pretendem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a soberania, a liberdade e o desenvolvimento de Portugal. -----

25/04/2014 -----O eleito da CDU - Alexandre Pereira

----- Prossequindo o período destinado às intervenções alusivas à comemoração do "40.º aniversário do 25 de abril de 1974", assumiu seguidamente a palavra o representante da bancada da coligação PSD/CDS-PP, senhor José Alberto Martins, com a intervenção que de seguida se transcreve na íntegra: -----

-----Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

Exmos. Membros desta Assembleia-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

Exmos. Senhores Vereadores-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores-----

Celebramos hoje mais um aniversário da data em que ocorreu, no nosso país, um acontecimento histórico, marcante para a geração contemporânea e inspiradora para as gerações que se seguirem. -----

Nos últimos 40 anos, Portugal conheceu um processo de democratização sem precedentes. A revolução de 25 de Abril de 1974 mudou decisivamente o panorama político português ao terminar com uma ditadura e instalar o regime democrático. -----

As mudanças ocorridas, pelo seu significado e pelo que efetivamente representaram

no tecido económico e social do país, foram incomensuráveis. -----

O nascimento da democracia portuguesa não apenas iniciou aquilo a que se chamou a «terceira vaga» de democratização no mundo moderno, mas também rapidamente evoluiu para uma revolução social com uma forte participação espontânea das populações. -----

Um exemplo estatístico: Entre 1975 e 1980, a participação eleitoral nas eleições legislativas nunca foi menor que 83%, tendo alcançado 91,7% nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975. -----

Vivemos hoje um fenómeno diferente. Enquanto o nível de desenvolvimento económico e social do país melhora e a democracia representativa encontra-se numa fase de consolidação, estes fenómenos, coincidiram com o crescimento da abstenção em eleições e com uma crescente insatisfação do desempenho de instituições chave da democracia representativa. -----

Os cidadãos não podem tornar-se indiferentes à política, já que a indiferença perante a política convencional poderá converter-se também em indiferença perante a própria democracia. -----

Um efetivo exercício de democracia participativa pode assumir-se como o tónico necessário capaz de evitar a crise de contratualização, que está em curso nas democracias modernas no quadro da globalização, e que consiste na aparência de compromissos, através de condições impostas ao parceiro mais fraco do contrato, daí resultando o desmantelamento do contrato social e o crescimento desregulado das subclasses e dos sectores excluídos. -----

Há uma crescente preocupação com a qualidade da ainda recente democracia portuguesa, bem como à apresentação de uma série de propostas de reforma do sistema político. -----

O país não está perdido, precisa de todos nós, quer no nosso dia-a-dia profissional, quer na comunidade, enquanto espaço aberto á cidadania. -----

A nossa comunidade será aquilo que pensarmos dela. É preciso remar contra o desalento e o desânimo, o país precisa de todos e de cada um! Este é o momento! ----

O caminho é o da reflexão que leva ao ânimo e ao desejo de lutar por um país que resiste, um país que tem potencialidades e oportunidades suficientes para se afirmar no quadro das nações. -----

Tanto vale um discurso numa assembleia, como um lamento na rua ou uma observação num qualquer lugar – tudo faz corrente e quem governa tem de saber interpretar os sinais das populações, independentemente da firmeza, exigência e

determinação que se impões aos governantes. -----
Num tempo como o que atravessamos, aos responsáveis políticos pede-se verdade e trabalho e aos cidadãos, trabalho e ... trabalho. -----
É neste quadro que devemos comemorar e lembrar Abril pensando na liberdade, verdade e desenvolvimento! -----
Liberdade de ação em tempos de novas ditaduras. -----
Verdade, que é a verdade que falta, tantas vezes nos atos, nos relatórios e nas palavras proferidas no âmbito do desempenho das funções dos governantes. -----
E desenvolvimento, que é uma premissa que tem de estar permanentemente em vigor em todo o país, mesmo nos concelhos mais desfavorecidos. -----
A melhor alavanca do progresso terá de ser, o entusiasmo, o empenho e o gosto que as pessoas põem naquilo que pretendem fazer conjugado com o espírito de iniciativa permanente. -----
É num quadro menos favorável que a Europa e o mundo tentam ultrapassar novas crises, onde o global chega às nossas terras, com o que de bom a ciência proporciona, mas com todos os efeitos colaterais que a mesma produz. Nomeadamente, os efeitos colaterais das guerras de mercados financeiros comandados por homens sem escrúpulos e tudo o que mais escapa tantas vezes às boas intenções governativas. -----
É tempo de olhar em frente porque o trabalho nunca está feito. Pedir ajuda aos que estão fora e podem contribuir, e que podem influenciar! -----
Temos que ser críticos e exigentes! -----
Às Câmaras Municipais pede-se ação. -----
Às Assembleias Municipais pede-se fiscalização da atividade do Município, mas também se pede debate e reflexão sobre os assuntos locais. -----
Este fórum de debate é o local privilegiado para sem receio de olhares recriminatórios debater com pertinência todas as questões do concelho. -----
Este é o local próprio para procurar influenciar o executivo para aquilo que entendemos ser o melhor para o nosso concelho. Ter opinião diferente não significa estar contra, significa apenas ter uma visão diferente e porventura mais exigente. -----
Temos de falar. Temos de nos entusiasmar. Temos o dever de dar ânimo uns aos outros e contagiar o dinamismo e o entusiasmo lá fora, para o setor económico, cultural e social da nossa comunidade. -----
Aconteça o que acontecer, não podemos desistir. Não podemos parar. -----

Neste aniversário do dia histórico em que assinalamos a revolução que conduziu Portugal à liberdade e ao progresso, é bom lembrar o papel do poder local no desenvolvimento do país em geral e do nosso concelho em particular. Para tanto, basta fazer uma retrospectiva e visualizar como era Terras de Bouro há quarenta anos.- Os ideais de abril estão vivos e alguns por cumprir, aqui estamos prontos para lutar por um Portugal melhor, mais digno, mais forte, mais solidário e, principalmente, mais justo. -----

Para terminar pretendemos deixar uma palavra de admiração especial pelo esforço que as pessoas desta comunidade fazem no prol da liberdade, da verdade e do desenvolvimento. -----

Viva a Democracia! -----

Viva o 25 de Abril de 1974! -----

---- Por último, neste período destinado às intervenções partidárias alusivas à comemoração do “25 de abril de 1974”, assumiu a palavra o representante do Partido Socialista, no caso, o senhor Vítor Fernandes, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra: -----

COMUNICAÇÃO DO PS TERRAS DE BOURO – ALUSIVA AOS 40 ANOS DO 25 DE ABRIL-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e demais membros da mesa----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de sua vereação-----

Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados-----

Excelentíssimos Senhoras e senhores Presidentes de Junta-----

Excelentíssimos Senhores convidados-----

Minhas Senhoras e meus Senhores-----

Viva o 25 de Abril – Viva o Dia da Liberdade-----

Na qualidade de porta-voz do PS pretendo interpretar e manifestar-vos o sentimento e a vivência das socialistas de Terras de Bouro. -----

Hoje, volvidos 40 anos da histórica data da implantação da democracia, o Partido Socialista faz um balanço francamente positivo e reafirma a sua fidelidade ao espírito e valores do 25 de Abril.-----

É na qualidade de defensores - da república - da democracia - do estado de direito - do estado social que os socialistas evocam o 25 de Abril.-----

Estes 40 anos demonstraram que Portugal – em liberdade e em democracia – se desenvolveu extraordinariamente mais do que nos 40 anos anteriores ao 25 de Abril.

Estes 40 anos provaram que a liberdade e a democracia são amigas do desenvolvimento.-----

Estes 40 anos provaram também a consolidação do sistema político pluripartidário da jovem democracia portuguesa.-----

É certo que subsistem dificuldades, subsistem dúvidas, subsistem insuficiências, aconteceram alguns acidentes de percurso, mas o resultado até agora obtido é historicamente positivo.-----

Podemos identificar como uma das dificuldades o ainda baixo nível de participação cívica e política dos portugueses, mas verificamos com agrado o nível crescente dessa participação.-----

Podemos identificar como uma das dificuldades da nossa jovem democracia o carácter ainda demasiado fechado e hierarquizado dos partidos políticos e a sua resistência a uma maior abertura e a uma maior aceitação dos contributos dos cidadãos e das diferentes organizações sociais.-----

Não obstante estas duas dificuldades, são inegáveis os progressos realizados – e são esses progressos que nos importa salientar hoje e aqui.-----

Em 2014 importa salientar que existe na sociedade portuguesa – e na sociedade terrabourense – uma maior consciência cívica, uma maior disponibilidade dos cidadãos para participarem, para serem ouvidos, para escrutinarem as opções e as políticas dos agentes políticos.-----

Aqui e agora importa salientar o valor e o contributo dos mais jovens, que com um nível de formação muito superior ao de 1974, e com seu espírito crítico, com seu apurado sentido de justiça, com a sua natural ambição e com a sua irreverência, agora apoiados nas novas ferramentas da sociedade da informação, nos dão a garantia de prosseguir e aprofundar os valores de Abril.-----

Portugal é hoje um membro de pleno direito de uma Europa unida, com os seus mais de 500 milhões de cidadãos.-----

É neste contexto novo, à escala europeia, que Portugal poderá e deverá implementar os valores de Abril, para elevar o nível e qualidade de vida dos seus cidadãos, para o que se requer:-----

- maior participação cívica e política dos seus cidadãos;-----

- melhor qualidade do seu sistema político, com partidos mais abertos e em melhor sintonia com a sociedade;-----

- com uma administração pública eficiente e orientada para o interesse público e para os serviços que presta ao cidadão;-----

- uma economia com empresas eficientes e produtivas, que criem riqueza, que valorizem os nossos recursos e que contribuam para uma menor dependência externa.-----

Apenas a eficiência da nossa economia – que depende dos empresários, que depende da qualidade da gestão, que depende da inovação e do investimento produtivo e que também depende da qualidade dos seus trabalhadores – apenas a eficiência da nossa economia, dizia, pode elevar o nosso bem-estar material e também por essa via a nossa qualidade de vida coletiva.-----

Comemorar o 25 de abril, comemorar o Dia da Liberdade requer da nossa parte evocar todos aqueles que deram o seu contributo para esse momento histórico:-----

- Nesse sentido aprez-nos salientar o papel decisivo desempenhado pelos militares de Abril, antecipando uma mudança de regime que era já impossível manter por mais tempo;-----

- O Partido Socialista presta a sua homenagem também a todos os ativistas políticos, que ou na clandestinidade, ou no exílio – impedidos de viver no seu próprio país por um regime opressor e policial – e com evidentes riscos pessoais, lutaram incessantemente para que seu e nosso país se libertasse de um regime ditatorial, de um regime obscurantista e de um regime injusto para a larga maioria dos seus cidadãos.-----

- Mas o Partido Socialista presta a sua maior homenagem ao espírito livre, democrático e solidário dos portugueses, que amavam e amam a liberdade e que defenderam e defendem o progresso, que lutaram e lutam por uma sociedade mais justa, mais solidária e mais tolerante.-----

É em perfeita sintonia com todas as portuguesas e com todos os portugueses que o Partido Socialista está ao lado do progresso, está ao lado da justiça, está ao lado de um estado de direito que respeita as maiorias mas também respeita as minorias, que está ao lado de um estado social que protege os nossos concidadãos mais desprotegidos, que por vicissitudes da vida não obtiveram uma formação, ou um emprego, ou um nível de vida que lhes permita viver condignamente.-----

O Partido Socialista sempre defendeu, e continuará a defender:-----

- uma democracia genuína que respeite o princípio de um cidadão – um voto;-----

- uma sociedade livre, participativa, exigente e tolerante, na qual se valorize o valor e o mérito de cada um;-----

- uma justiça igual para todos;-----

- uma sociedade inclusiva.-----

Excelentíssimas senhoras e Excelentíssimos Senhores-----

Em 2014 evocamos os 40 anos do Dia da Liberdade e evocamos também os 500 anos da atribuição do Foral ao nosso município. Nestes 500 anos Terras de Bouro e Portugal viveram momentos grandiosos e momentos de dificuldades. -----

Interessa-nos hoje valorizar a nossa capacidade de resistência, o nosso de trabalho, a nossa cultura, especialmente o que de melhor tem a nossa cultura – o nosso carácter, o nosso sentido coletivo, a nossa força e acima de tudo o nosso sentido de futuro – a nossa predisposição para enfrentar com confiança os momentos menos bons.-----

É uma missão de todos preservar, engrandecer e entregar às gerações vindouras um município com 500 anos, com um lugar bem definido no espaço geográfico e um lugar bem definido na história, aos quais nos orgulhamos pertencer.-----

É nos momentos difíceis que Portugal e os portugueses puseram à prova a sua capacidade de luta contra as dificuldades, contra a injustiça e contra qualquer tipo de opressão.-----

É com as terrabourenses e com os terrabourenses que o Partido Socialista conta, tal como as demais forças partidárias, para continuarmos um projeto único à escala nacional, e esse projeto único à escala nacional chama-se Terras de Bouro.-----

É com as portuguesas e com os portugueses que o Partido Socialista conta, tal como as demais forças partidárias, para continuarmos um projeto único à escala mundial, e esse projeto único à escala mundial chama-se Portugal.-----

Viva o 25 de Abril – Viva Terras de Bouro – Viva Portugal-----

----- Para finalizar e ainda aludindo à efeméride que se comemorou neste dia, assumiu a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Guilherme Alves, com a intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra: -----

25 Abril de 2014 / Assembleia Municipal de Terras de Bouro -----

Exmos. Senhores Deputados Municipais-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal-----

Exma. Sra. Vereadora e Srs. Vereadores-----

Exmas. Sras. e Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Comemorar os 40 anos da revolução de Abril de 1974 deve, acima de tudo, ser um meio de reforçar os ideais da liberdade e da democracia, felizmente já alicerçados na



nossa sociedade, mas infelizmente tantas vezes atropelados e esquecidos. Festejar 40 da Revolução dos Cravos, esse momento de enorme esperança para o povo português, deve ser sobretudo uma manifestação pública do nosso desejo de participarmos, com a nossa presença e o nosso entusiasmo, na construção de um futuro melhor, tanto a nível nacional como local. -----

Neste momento de enorme crise económica e social, é preciso alterar rapidamente o rumo escolhido, e por isso, ao comemorarmos a Revolução de Abril, devemos sentir um estímulo e um reforço da nossa confiança na capacidade dos portugueses para ultrapassarem as dificuldades. Na verdade, se o povo português soube ultrapassar meio século de opressão e de ditadura, saberá encontrar um caminho que lhe possa devolver a esperança e uma vida melhor. Hoje assistimos a um País triste, onde o desemprego assume proporções alarmantes. Os jovens e os mais desfavorecidos são os que mais sofrem com esta situação. Hoje, mais do que nunca, abril deve ser sinónimo de inconformismo, de luta, de empenho e de esperança. -----

Comemorar Abril deve merecer também uma reflexão sobre o nosso concelho. Conhecemos o esforço do executivo em Terras de Bouro, para minimizar os problemas sociais e aumentar o rendimento económico das famílias. -----

Construir a esperança e concretizar a melhoria da qualidade de vida das pessoas passa pela melhoria das acessibilidades, pela requalificação de espaços públicos, pela preservação e divulgação da nossa cultura, pelo apoio à educação, pela valorização do ambiente, pelo fomento do desporto, pelo apoio às instituições sociais, culturais e desportivas do nosso concelho. -----

Cumprir os ideais de Abril é, acima de tudo, respeitar as pessoas e coloca-las no centro das atenções e das decisões. O momento de dificuldades que muitas pessoas, sobretudo as mais pobres, vivem, só pode ser ultrapassados pela afetividade e pela solidariedade com as pessoas, procurando encontrar soluções para os problemas e anseios. -----

Devemos ter memória e reconhecimento. Agradecemos àqueles que, em Abril de 1974, abriram as portas da democracia, da liberdade, do poder local democrático, do povo igual e sem classes, situação que o atual governo tem revertido, pois as medidas de austeridade são injustas e acentuam as desigualdades sociais. -----

Saibamos todos construir um país e um concelho mais solidário e onde seja possível a esperança no futuro. -----

Nós vivemos num regime democrático, com eleições sem fraudes generalizados, sem presos políticos, mas com um terrorismo financeiro que parece só não atingir o grande

capital, sem censura nos jornais, mas com os grandes meios de comunicação cada vez mais nas mãos de grandes interesses, com uma Educação generalizada, mas que se confunde com uma formatação para os cidadãos aceitarem as regras que lhes são impostas. Com os cuidados de saúde e o fornecimento de bens essenciais, como a água, a eletricidade e o tratamento dos lixos, olhados como oportunidades de grandes negócios. -----

Lembrar Abril, não é só da luta contra o passado Fascismo que podemos motivar as gerações mais novas para a Democracia. Podemos transmitir-lhes algumas informações que convirá não esquecer, não deixar que a memória do passado se apague, mas o facto central é que a luta, melhor será dizer, a construção da Democracia é, essencialmente, um problema de todas as épocas. Não haverá, neste momento, muitos motivos para sentirmos esperança, mas também não pessimismos excessivos. São os problemas de agora que eles e o país têm de enfrentar. É para os problemas do presente que temos de olhar. -----

*E foi muito importante, foi muito bom para nós termos tido o 25 de Abril. -----
Guilherme Alves. -----*

*----- **Fim do Período de intervenções alusivas ao “25 de abril”.** -----*

----- Logo de seguida, o senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente as justificações dos senhores deputados que se encontram ausentes, tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- Posteriormente, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que mereceu as considerações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta e também da senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira. -----

----- Assim, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta solicitou a alteração/correção da sua intervenção na ata da sessão anterior já que nunca terá manifestado a sua concordância com as “quarenta horas” de horário de trabalho semanal da função pública e da Câmara Municipal e apenas mencionou que a Câmara Municipal deve estar aberta ao público à sexta-feira de tarde. -----

----- A solicitação foi acolhida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e a ata será assim corrigida. -----

----- Sobre a mesma ata, interveio também a senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira para afirmar que, relativamente ao transcrito sobre a votação do



ponto seis da ordem de trabalhos da anterior reunião: “*Votação de ratificação da decisão do Executivo Municipal no âmbito da Proteção Civil (transferência para as Juntas de Freguesia)* ” e mais concretamente na página quinze da ata, são assinaladas seis abstenções, o que não está correto, pois a senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira também se absteve nesta votação, sendo assim sete abstenções e não seis como é referido. -----

----- Esta última solicitação foi igualmente acolhida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e a ata de vinte oito de fevereiro será adequadamente corrigida.

----- A ata da sessão anterior foi depois submetida à votação, sendo aprovada por maioria, com a abstenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia do Campo do Gerês. -----

-----Iniciado logo depois o período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por agradecer as intervenções alusivas ao “25 de abril” e concedeu a palavra ao senhor deputado Adriano Afonso que iniciou a sua intervenção com uma referência ao “25 de abril” e à sua vital importância para a democracia que hoje se vive no nosso país, aproveitando esta ocasião para enaltecer e homenagear também os militares envolvidos na revolução e igualmente os combatentes do Ultramar, muitos, como se sabe, que perderam a vida na guerra colonial, dando assim um forte contributo para que a *Revolução dos Cravos* acontecesse, sublinhou o senhor deputado. -----

----- Ainda na sua intervenção, o senhor deputado Adriano Afonso questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto da situação relativamente às obras de reparação rodoviária a efetuar pelas Estradas de Portugal no concelho.-----

----- Posteriormente interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chorense, começando por falar sobre as contagens dos consumos da água e de como seria importante que estes registos fossem realizados mais regularmente, pois o tempo que alterna entre cada contagem é, por vezes, muito longo o que origina diferenças muito grandes no valor das faturas e que, logicamente, dificulta o pagamento das mesmas. --

----- Prosseguindo, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Chorense referiu-se depois à realização de provas de *BTT* em Santa Isabel do Monte que têm provocado a degradação dos caminhos rurais e se não há hipótese do Município alertar as autoridades competentes para esta situação, pois os prejuízos causados têm sempre de ser assumidos pelos proprietários dos terrenos, o que se lamenta. -----

----- A intervenção seguinte foi da autoria do senhor deputado do MPT, Manuel Joaquim de Sousa que abordou e pediu esclarecimentos ao senhor Presidente do

Município sobre os seguintes temas: ponto da situação da intervenção na Piscina Municipal; sobre a mesma estrutura, se o número de utilizadores é suficiente em termos de suporte de custos, já que há indicação de que se gastam cerca de setenta e cinco mil euros em gás, será assim ou não; relativamente à hipótese da Biblioteca Municipal, ela poderá existir em termos futuros, já que se trata de uma sugestão de pais e professores e além disso o argumento dos custos com a mesma não colhem face a outro tipo de despesas como as que tem a câmara municipal com o executivo e com o número de trabalhadores, por exemplo; ainda sobre esta última questão será que se existisse alguém do PS com habilitações para tal, a opção ainda seria a mesma? Continuando o senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa a sua intervenção, salientou o seguinte: há necessidade de uma intervenção na estrada Barral / Santa Cruz, já que é em terra batida e seria importante pavimentar essa estrada; no Centro de Animação Turística do Gerês há, segundo informações que recolheu, infiltrações numa loja, qual a origem deste problema e se já está ser resolvido, sendo que, no mesmo espaço, existiu uma mudança de lojista com carácter temporário e a loja foi ocupada por outra pessoa, indagando esclarecimentos sobre esta situação; realizou-se a Feira Agro em Braga e, sabendo da importância da agricultura em Terras de Bouro, esteve alguma representação do concelho na dita feira? Felicitou também o senhor deputado do MPT a iniciativa da Associação Gerês Viver Turismo pela presença durante uma semana na loja de turismo do Aeroporto do Porto, achando, no entanto, que, neste tipo de iniciativas, o concelho deveria ser ou estar mais envolvido; no que concerne ao site do município, o senhor deputado afirmou que a informação disponibilizada sobre o alojamento local está algo rudimentar, sublinhando, por exemplo, que a mesma informação no site da Câmara Municipal de Vieira do Minho está mais funcional e ainda sobre a informação turística, o senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa disse que o mapa do concelho disponibilizado nos Postos de Turismo deveria ter mais informação. Prosseguindo, o senhor deputado informou seguidamente que o MPT irá apresentar uma proposta para criação de uma comissão de inquérito sobre a aprovação do recente programa de prescrição de pagamento de dívidas ao município, assunto que, como se sabe, mereceu a reprovação do MPT e que agora é alvo desta proposta, isto também porque a mesma situação (prescrição de pagamento de dívidas ao município) já estaria contemplada em dois mil e treze, existindo assim, no entender do MPT, a necessidade de repor a legalidade da situação. -----



----- De seguida, iniciou-se o período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal aos Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, o senhor Presidente da Câmara Municipal saudou todos os presentes e aludiu também ao “25 de abril” e de como este acontecimento contribuiu decisivamente para o desenvolvimento social e político do país, enaltecendo a contribuição dos ex-combatentes e deixando também uma palavra de elogio para as intervenções de hoje, sobre a “Revolução dos Cravos”, das bancadas políticas da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. -----

----- Sobre a questão colocada pelo senhor deputado Adriano Afonso, o senhor Presidente informou que os contactos com as Estradas de Portugal se têm mantido mas, na verdade, nada tem sido concretizado por parte dessa instituição pública. É, sem dúvida, lamentável o que se tem passado quanto ao adiamento do resolução do abatimento do talude de suporte à Estrada Nacional 205-3, no lugar de S. Pantaleão, freguesia da Balança, que provocou o aluimento de uma pequena parte da estrada e o trânsito continua a processar-se por apenas uma faixa de rodagem, o que tem provocado sérios riscos de segurança tanto para peões como para veículos. -----

----- Prossequindo a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se seguidamente à intervenção do senhor Presidente da União das Freguesias de Choreense e Monte, sublinhando que a questão das contagens do consumo de água é já um problema antigo, só há uma pessoa a fazer as leituras, os valores apresentados surgem na sequência de um cálculo por estimativa que depois origina as situações que hoje aqui foram reportadas. Em princípio, a câmara municipal colocará mais uma pessoa a fazer estas leituras, mas todos os munícipes podem comunicar a leitura de água pelo telefone. Já relativamente ao problema do BTT colocado pelo senhor Presidente da União das Freguesias de Choreense e Monte, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que relativamente aos eventuais estragos que as provas de BTT provocam, tal não se afigura de fácil resolução ou fiscalização, a verdade é que as características do concelho se tornam propícias para estas provas e isso, numa primeira análise é positivo, uma vez que traz dinamismo ao concelho, o problema é depois, o mau estado em que os caminhos ficam e disso a Câmara Municipal já deu conhecimento à GNR para atuar dentro das suas possibilidades. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa, o senhor Presidente do Município respondeu que as obras na piscina se encontram já numa fase avançada, com a reposição do revestimento do tanque, mas agora com outro tipo de material, mais duradouro, e foi tida em conta a história da empresa

construtora no que diz respeito a Terras de Bouro para se resolver os problemas da melhor forma para ambas as partes, ressaltou o senhor Presidente da Câmara Municipal. No que diz respeito à utilização do mesmo espaço, o senhor Presidente disse que a piscina e o ginásio municipal registam uma afluência média diária de cerca de 40 pessoas, o que é aceitável, mas que, logicamente, não cobre os custos de funcionamento. Também é verdade, sublinhou o senhor Presidente, que se trata de um equipamento social e precisamente por isso não se torna um objetivo prioritário que as receitas cubram as despesas, porque, se assim fosse, não se poderiam praticar as tarifas que existem. Além disso, não se gastam setenta e cinco mil euros de gás como aqui foi avançado, mas sim cerca de quarenta a cinquenta mil euros por ano. A piscina do CAT/Gerês, informou o senhor Presidente e a título de exemplo, gasta mais em gás e é mais pequena, mas também com uma construção bastante mais antiga e logo mais dispendiosa na sua manutenção. Sobre a construção de uma Biblioteca Municipal, não há essa intenção pois existem já as bibliotecas escolares, há o Arquivo Municipal, os Espaços Internet, o Centro Municipal de Valências e, na verdade, face à conjuntura de crise económica geral e particular, tal construção não é prioritária. Relativamente aos custos com o Executivo Municipal, os vereadores da oposição não estão a meio tempo e, na verdade, há vinte anos a Câmara Municipal não tinha tantas competências e obrigações como hoje, pois tem praticamente tudo a seu cargo, desde a saúde, o desporto, a ação social, a educação, a proteção civil, o desenvolvimento económico, o planeamento e ordenamento do território, o urbanismo, as obras municipais, o turismo, a agricultura, a cultura, o ambiente, o saneamento e abastecimento de água, o emprego, etc. Praticamente tudo o que diz respeito à organização do concelho passou a ser da competência e responsabilidade da Câmara Municipal e um executivo apenas com duas pessoas a tempo inteiro ou em regime de permanência não consegue responder eficazmente a todas as solicitações e exigências, sublinhou o senhor Presidente da Câmara Municipal. Já quanto à intervenção na estrada Barral/Santa Cruz, na freguesia da Balança, tal não se afigura fácil, apenas é possível melhorar o pavimento existente, como tem sido várias vezes executado, já que se trata de um troço da Geira, via romana, classificada como Património Nacional, não havendo hipótese de pavimentação. À questão das infiltrações na loja do Centro de Animação Turística da vila do Gerês, o senhor Presidente afirmou que irá questionar os técnicos sobre a situação e quanto ao seu carácter de ocupação recente de uma loja nesse local, avançou, é definitivo e não

provisório, pois o arrendatário já possuía uma loja no local, antes de ser construído o CAT, tendo assim direito a uma loja. Entretanto, requereu uma outra localização ao que a câmara municipal, segundo parecer do gabinete jurídico, poderia aceder e foi o que aconteceu, isto sem a referida hasta pública, esclareceu o senhor Presidente da Câmara Municipal. Terras de Bouro não esteve oficialmente na AGRO, avançou o senhor Presidente, porque não foi convidado para tal certame, mas o concelho irá estar representado nos próximos dias dezasseis, dezassete e dezoito de maio na importante Feira do Vinho Verde, Gastronomia e Turismo, também no PEB de Braga, sendo mais uma excelente oportunidade para demonstrarmos o que de melhor temos, ou seja, o Turismo de Natureza. O senhor Presidente da Câmara Municipal registou e concorda com a opinião do senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa sobre a presença da Associação Gerês Viver Turismo no Aeroporto Sá Carneiro, na loja de turismo da Entidade Regional do Porto e Norte e informou que tal presença teve o apoio logístico da Câmara Municipal. Sobre a possibilidade de eventuais alterações na página web do Município, sobre a oferta de alojamento turístico, o Sr. Presidente referiu que irá acautelar alterações de modo a melhorar a informação. A respeito do mapa turístico do concelho que é facultado gratuitamente nos postos de turismo, é verdade que é bastante simples, mas só assim pode ser gratuito, pois existe um outro mapa, com muita informação, que é vendido pelo preço de um euro e muitos turistas criticam tal preço. O Município está a proceder a contactos com alguns empresários para tentar patrocínios numa futura e melhorada edição do referido mapa. Por último e sobre a questão de prescrição das dívidas ao Município, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que, segundo informação técnica e jurídica, não é ilegal solicitar o pagamento de dívidas. E em muitas situações não há prescrição de dívida uma vez que foi gerada a respetiva fatura. A proposta de regularização de dívidas ao Município foi trazida e aprovada pela Assembleia Municipal pois só assim seria possível isentar os devedores do pagamento de juros de mora. Neste momento, as pessoas que não pagaram estão a ser notificadas para regularizar as situações nos moldes que a Assembleia Municipal aprovou, concluiu o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Ainda sobre este último assunto, o senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa voltou a usar da palavra para afirmar que a fatura não conta para o período legal dos seis meses, o que conta é a emissão de uma execução de dívida pela empresa ou município em causa. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao deputado da CDU, senhor Alexandre Pereira, que, em primeiro lugar apresentou à Mesa da Assembleia um documento para ser incluído na ordem de trabalhos, com a denominação “Moção: **40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974**”, (sobre o qual se pronunciará no final deste período de intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal). -----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor deputado Alexandre Pereira aludiu à situação do empobrecimento do país, à necessidade de aumentar o salário mínimo nacional, à situação de calamidade que se vive nas empresas com falências diárias, sendo que as conquistas de abril vieram alterar hábitos que é preciso manter a bem da competitividade económica e do bem estar social, sublinhou o senhor deputado. Continuando, falou sobre as injustiças sociais causadas pela atribuição de RSI's de forma pouco esclarecida e de como isso tem contribuído para as dificuldades sociais acrescidas de vergonha, frisando que o aumento do salário mínimo nacional é fundamental para a atividade económica. Terminou, neste período, o senhor deputado Alexandre Pereira referindo-se à situação da loja do Centro de Animação Turística da vila do Gerês, já hoje aqui mencionada, como sendo algo confusa, dando a ideia de que a Câmara Municipal poderá estar a perder com a situação, e seria bom esclarecer esta situação. -----

----- A senhora deputada Sónia Coura interveio logo a seguir afirmando que tinha solicitado a palavra para pedir esclarecimentos sobre a situação da Piscina Municipal, mas, entretanto, já foi elucidada pela anterior intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre essa matéria. -----

----- A intervenção posterior foi da autoria do senhor deputado José Alberto Martins que começou por fazer um apelo ao senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de ser esclarecido sobre a *PAC 2014-2020*, nomeadamente, na questão dos fundos comunitários e de como e onde irão ser aplicados em Terras de Bouro. Ainda na temática da agricultura, o senhor deputado José Alberto Martins referiu que Terras de Bouro deveria ter um “PDM para a agricultura”, isto é, um programa que estabelecesse regras e prioridades em alguns aspetos fundamentais para o desenvolvimento desta importante atividade do concelho de Terras de Bouro. Seguidamente, o senhor deputado questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as verbas atribuídas às juntas de freguesia, no âmbito do Programa da Proteção Civil, nomeadamente, quais as juntas que não foram contempladas e porquê. Terminou, nesta fase, o senhor deputado José Alberto Martins solicitando o

ponto da situação relativamente à embarcação “Rio Caldo”, já que se aproxima a época de verão e, ao que se sabe, o barco não está em condições de navegar. -----

----- Retomando o uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, a respeito da intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira, afirmou que o comerciante em causa, no que diz respeito à loja do Centro de Animação Turística da vila do Gerês, foi o próprio que pediu à Câmara Municipal a alteração da loja, ao que o Gabinete Jurídico Municipal emitiu parecer favorável sobre a dita permuta e, assim sendo, seguiram-se os trâmites legais. Já relativamente ao outro caso, a senhora em causa abandonou a loja, tendo enviado uma comunicação de desistência da sua loja, entregando-a novamente à Câmara Municipal. -----

----- Ao senhor deputado José Alberto Martins, o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a existência do Gabinete de Apoio ao Agricultor tem sido fundamental na dinamização e desenvolvimento do setor agrícola em Terras de Bouro, pois o acompanhamento que é feito de candidaturas e projetos é essencial na concretização dos mesmos junto das entidades competentes. Relativamente à PAC 2014-2020, ainda não há informações precisas sobre este assunto, como acontece com o próximo quadro comunitário, pois ainda está tudo por concretizar, e, por isso, não é possível qualquer consideração do modo e onde irão ser aplicados tais fundos comunitários para a agricultura em Terras de Bouro. Sabe-se que, em 2014 e 2015, os apoios aos agricultores serão os mesmos de 2013. Já no que concerne à ideia de um “PDM Agrícola” para o concelho, poderá ser uma proposta a considerar no futuro, e quanto às verbas atribuídas pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia no âmbito do Programa da Proteção Civil, várias Juntas não foram contempladas porque não necessitaram desse apoio. A propósito, o Sr. Presidente esclareceu que foram contempladas as Juntas de Freguesia da Balança, Campo do Gerês, Choreense e Monte, Cibões e Brufe, Moimenta, Rio Caldo, Valdosende e Vilar da Veiga. As restantes Juntas não foram contempladas, mas foram-lhes atribuídos outros apoios económicos para outros fins. -----

----- Por último e para esclarecer o senhor deputado José Alberto Martins e toda a Assembleia Municipal, no que diz respeito ao barco municipal Rio Caldo, o senhor Presidente da Câmara informou que o mesmo se encontra em fase de vistoria e atualização de documentação, estando prevista a entrada em funcionamento no mês de junho. -----

----- Prosseguindo a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal assumiu a palavra para colocar à consideração a inclusão da Moção “**40 ANOS DA**

REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974”, documento apresentado à mesa pelo Deputado da CDU, senhor Alexandre Pereira, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal lido a referida moção e que de seguida se transcreve na integra: -----

40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974 -----

Comemoramos este ano o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, ato de emancipação social e nacional.-----

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.-----

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.-----

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afetam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais despudorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.-----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.-----

Com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro de 1976, o Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo



e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.-----

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.-----

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.-----

Face ao exposto a AM, reunida a 25/04/ 2014, delibera:-----

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e os portugueses.-----
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações dos 40 anos de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.-----

---- Colocada logo de seguida à consideração para inclusão na ordem de trabalhos, a Moção **"40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974"**, foi, por unanimidade, aprovada a dita inclusão, passando a constar como quinto ponto da ordem de trabalhos. -----

---- Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não se registando qualquer intervenção. -----

---- Terminado este período de "antes da ordem do dia", entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos com os seguintes cinco pontos, depois da alteração introduzida: -

1. Abertura solene da sessão comemorativa do 40º Aniversário do 25 de abril: (Intervenções de cada bancada alusivas à efeméride:5 minutos cada intervenção); -----

2. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto – Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro; -----

3. Análise e votação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e catorze; -----

4. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e treze. -----

5. Moção “40 anos da Revolução de abril 1974”. -----

----- O período da Ordem do Dia prosseguiu com a apresentação da situação económica e financeira do Município, ponto dois, começando o Senhor Presidente do Município por referir o montante da receita e da despesa, até ao dia dezassete de abril. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do município realizadas entre o dia vinte e oito de fevereiro e o dia desta sessão. -----

----- Referiu então, sobre a Divisão de Obras Municipais, a continuação das obras de reabilitação da Piscina Municipal, assim como a intervenção no passeio em madeira de Rio Caldo (entre pontes), junto ao posto de turismo, destacando nas obras em fase de lançamento, a requalificação da vila do Gerês, no âmbito de uma candidatura de requalificação das vilas termais. -----

----- Relativamente à Divisão de Planeamento e Urbanismo, deu conhecimento da atividade de concessão de várias licenças de utilização e construção, assim como emissão de certidões de interesse municipal e sobre a Divisão dos Serviços Urbanos e Ambiente, referiu a execução de ramais de água em algumas localidades do concelho, além da preparação de várias ampliações de redes de distribuição e estações elevatórias. -----

----- Continuando a sua intervenção, o senhor Presidente do Município comunicou e abordou ainda os seguintes assuntos: a presença de Terras de Bouro na *BTL-2014*; as atividades do Centro Municipal de Valências; o sucesso do desfile de Carnaval; o Fim de Semana Gastronómico; a realização de provas desportivas e caminhadas; as ações do Projeto Bem Envelhecer; as *Comemorações dos 175 anos da Banda Musical de Carvalheira*; e a inauguração das *Comemorações dos 500 anos do Foral de Terras de Bouro*. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o segundo ponto não se registaram intervenções. -----

----- Posteriormente, e já no terceiro ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente do Município informou que esta revisão ao orçamento se deve à necessidade de acrescentar ao “Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2014” uma rubrica



orçamental no campo da despesa, rubrica que até aqui não estaria contemplada no documento em causa. -----

---- Aberto o período de inscrições sobre o terceiro ponto não se registaram intervenções e colocado à votação, o terceiro da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade. -----

----- No que diz respeito ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, “**Análise e votação dos Documentos de Prestações de Contas relativos a 2013**”, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para proceder a uma apresentação abreviada destes “Documentos”. -----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou então a seguinte exposição, acompanhada da exibição de um *powerpoint* com fotografias, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Todos sabemos que os últimos quatro anos trouxeram ao nosso país grandes dificuldades económicas e sociais que exigiram e exigem decisões e opções políticas e financeiras equilibradas e ajustadas à realidade, de forma a atenuar as dificuldades das pessoas que devem estar no centro das nossas preocupações. -----

----- O desemprego é o principal rosto da crise e aquele que mais nos afeta e preocupa. Durante o ano de 2013, preocupámo-nos com os problemas no âmbito do emprego e do rendimento económico das famílias. Assim, o Município integrou, em 2013, 98 pessoas em projetos financiados pelo IEFP, tais como Estágios, Contratos Emprego Inserção (CEI e CEI+) e Contratos Emprego de Inserção para pessoas com deficiência ou incapacidades físicas e mentais. -----

----- Em dois mil e treze, continuámos a assumir o turismo como uma alavanca da economia do nosso concelho e uma fonte de emprego. Para planificarmos e melhorarmos as atividades turísticas, criámos o Conselho Municipal de Turismo e promovemos um “Plano de Valorização dos Recursos Turísticos do concelho de Terras de Bouro”, solicitado a uma empresa creditada, cujas orientações procuraremos concretizar ao longo dos próximos cinco anos. Para divulgar as potencialidades turísticas do nosso concelho e atrair mais visitantes, estivemos, mais uma vez, presentes em diversas revistas e jornais regionais, nacionais e internacionais; continuámos a publicação de uma nova revista turística municipal, em vários idiomas; participámos em eventos de divulgação do concelho, como a Bolsa de Turismo de Lisboa e a Feira de Nanterre, em Paris. Dinamizámos os postos de turismo do Vale do Cávado, colocando mais funcionários de modo a mantê-los abertos todos os dias da semana e a alargar o horário de funcionamento durante o verão. -----

----- Também assumimos a agricultura como fonte de emprego e de rendimento familiar e, por isso, continuámos a manter um grande dinamismo no Gabinete de Apoio ao Agricultor que, através de candidaturas, faz com que centenas de milhares de euros entrem no concelho para apoiar os nossos agricultores e melhorar a qualidade de vida das suas famílias. -----

----- Mantendo a preocupação com as pessoas e a melhoria da qualidade de vida, ao longo do ano de dois mil e treze continuámos a instalação de redes de água e de saneamento e resolvemos problemas de abastecimento de água em várias freguesias. Pavimentámos estradas e ruas e procedemos a vários arranjos urbanísticos de espaços públicos. -----

----- O executivo municipal também se avalia pela dinâmica que consegue criar e pelo apoio que presta aos munícipes. Assim, mantivemos a dinâmica do Gabinete de Apoio ao Agricultor, do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, do Gabinete de Apoio ao Emigrante e do Gabinete de Gestão da Qualidade dos Serviços Municipais. Melhorámos os apoios à comunidade através do Centro Municipal de Valências. Continuámos com a delegação da Câmara Municipal em Rio Caldo e abrimos a delegação da Vila do Gerês, onde o Presidente da Câmara atende os munícipes do Vale do Cávado. -----

----- Empenhámo-nos na preservação e na valorização da cultura, da educação e do ambiente. Para isso, concluímos e inaugurámos o Museu da Geira e da Romanização; promovemos exposições de pintura; publicámos obras de divulgação e preservação da cultura do nosso concelho, como *Senhor Jesus do Monte das Mós – Cem Anos de Fé e Devoção*. Procedemos à conservação do património concelhio constituído pelas igrejas e capelas (apoio técnico e financeiro para obras nas igrejas e nas capelas), espigueiros e moinhos (apoio na elaboração de vários projetos para submeter aos fundos comunitários através do *PRODER – ATAHCA*). -----

----- Realizámos eventos culturais, comemorativos, recreativos, desportivos, como o Encontro Concelhio de Cantares de Natal e Reis, Exposições, o Encontro de Tocadores de Concertina e Cantares ao Desafio, as Festas Concelhias, o Encontro Anual da Pessoa Idosa, o Encontro Nacional de Poetas, as Comemorações do Dia do Município (*20 de Outubro*), a Feira de S. Martinho, o torneio concelhio de futsal, provas de ciclismo e de BTT, etc. -----

----- Em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, dinamizámos o Desfile de Carnaval, as Marchas Populares de Junho, o Dia Mundial da Criança e do Ambiente, etc. -----

----- Valorizámos o trabalho realizado no domínio da educação, mantendo uma atitude de colaboração ativa com as escolas, os jardins de infância e o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro. Organizámos os transportes escolares e evidenciámos a nossa preocupação com a segurança dos nossos alunos; promovemos a Componente de Apoio à Família das crianças do Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo, disponibilizando refeições e atividades de prolongamento do horário; organizámos o concurso de professores para as Atividades de Enriquecimento Curricular; organizámos e dinamizámos os programas ATL de Verão e de Natal e a colónia de férias "Júnior"; criámos atividades de ocupação de tempos livres para as crianças, durante as férias escolares, para que os pais pudessem trabalhar. -----

----- Empenhámo-nos na Ação Social, prestando inúmeros apoios sociais (habitação, educação, combate contra a pobreza). Conhecemos as dificuldades e o sofrimento de muitas pessoas e famílias e não ficámos indiferentes, mantendo e reforçando vários apoios sociais (apoio social escolar, apoio às famílias carenciadas, apoio à natalidade, apoio aos jovens na construção de habitação própria com redução de taxas municipais e elaboração gratuita de projetos, etc.). De modo a proporcionar aos nossos idosos uma vida mais digna e ativa, dinamizámos os projetos "Bem Envelhecer" e "Envelhecer a Sorrir", através da realização de inúmeras atividades culturais, recreativas e de lazer. -----

----- Também apoiámos as Instituições do concelho, como a Banda Musical de Carvalheira, os Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, as Delegações da Cruz Vermelha, os Centros Sociais e Paroquiais, o Centro de Solidariedade Social de Valdosende, os Clubes Desportivos e as Associações Culturais e Recreativas. -----

----- Relativamente a obras municipais, com recurso aos Fundos Comunitários, pavimentámos várias vias municipais, concluímos e inauguramos a piscina municipal e executámos o projeto "Aqua Cávado", que criou centros de promoção turística, requalificação de espaços públicos e trilhos pedestres no vale do Cávado e no vale do Homem. Continuámos a execução do projeto *Natur Parque*, no Campo do Gerês. Reformulámos o projeto do Parque da Vila, na sede do concelho, e aguardamos a sua (re)aprovação definitiva para darmos início à sua execução (este projeto foi apanhado pela "operação limpeza do QREN" por estar aprovado há mais de seis meses e com

execução financeira inferior a dez por cento; cf. resolução do Conselho de Ministros número trinta e três de dois mil e doze de quinze de março. -----

----- Importa referir que, neste momento, quanto à execução do QREN (Fundos Comunitários), já atingimos uma execução financeira de noventa e oito por cento ao nível dos projetos contratualizados através da CIM do Cávado e de cerca de setenta por cento ao nível do ON.2. Globalmente, atingimos uma execução do QREN que ronda os oitenta por cento. -----

----- Valorizámos o papel das Juntas de Freguesia na resolução de vários problemas e na construção de um concelho mais atrativo e qualificado. São prova disso o arranjo de espaços públicos, a pavimentação de ruas e a construção das casas mortuárias e arranjos urbanísticos em várias freguesias. -----

----- (A exposição das atividades e eventos por parte do Senhor Presidente da Câmara foi acompanhada pela apresentação de fotografias em *powerpoint*.) -----

----- Não conseguimos aprovar todas as obras nas freguesias que nos foram solicitadas pelos Senhores Presidentes das Juntas devido às dificuldades económicas que o Município atravessa e nunca por indiferença ou esquecimento. -----

----- Muitas outras atividades e iniciativas mereciam aqui destaque nesta minha apresentação, mas tal destaque foi dado ao longo das páginas que constituem os documentos de prestação de contas. -----

----- Temos consciência de que há ainda muitos problemas por resolver: a falta de emprego, um eficaz abastecimento de água ao domicílio em várias freguesias, a requalificação de vias de acesso, o saneamento básico, etc. -----

----- Relativamente às Contas de dois mil treze, desde o início da nossa gestão autárquica que assumimos a gestão financeira do nosso município com rigor, assentando as nossas decisões em dois pilares fundamentais: os fundos financeiros disponíveis e a seleção criteriosa das obras mais úteis ou necessárias aos munícipes. Apesar das restrições e reduções significativas das transferências do Orçamento do Estado para as autarquias (em apenas cinco anos perdemos cerca de dois milhões de euros de receita), temos conseguido apoiar as pessoas, melhorar a qualidade de vida e executar obra, como evidenciaremos nas páginas seguintes, e temos equilibrado as contas do Município. Neste momento, as dívidas a fornecedores são pagas num prazo médio de sessenta dias, superando as exigências da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), que obriga a que os pagamentos sejam efetuados num prazo máximo de noventa dias. -----

----- Relativamente à execução orçamental de dois mil e treze, verificou-se uma receita global de nove milhões, setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois euros e vinte e três cêntimos, a que corresponde uma taxa de execução de oitenta e um, vírgula dois por cento, e uma despesa de nove milhões, noventa e dois mil, novecentos e sessenta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos, com uma taxa de execução de oitenta e um, vírgula quinze por cento. Estas duas taxas de execução são as melhores dos últimos seis anos. -----

----- De salientar a excelente execução das receitas correntes que apresentam uma taxa de cento e dezasseis vírgula vinte e um por cento face à previsão orçamental, tendo superado em setecentos e setenta e nove mil, novecentos e trinta e oito euros e onze cêntimos, as despesas correntes. Deste modo, foi cumprido o princípio do equilíbrio corrente preconizado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (*POCAL*), uma vez que as receitas correntes foram muito superiores ao total das despesas correntes. -----

----- Não nos agrada a execução das receitas de capitais trinta e dois, vírgula, setenta e sete por cento que são a única causa da diminuição da receita global. Este decréscimo deve-se ao facto de os fundos comunitários (*QREN/ON.2*) estarem, desde março de dois mil, a impedir a concretização de projetos aprovados, como o Parque da Vila, com um investimento de um milhão, cento e noventa e sete mil euros (cf. Resolução do Conselho de Ministros, número trinta e três de dois mil e doze de quinze de março e também pelo facto do Orçamento do Estado ter vindo a privilegiar as receitas de natureza corrente em prejuízo das receitas de capital. -----

----- As dívidas de curto prazo/fornecedores fixaram-se em cento e vinte e sete mil, trezentos e sessenta e um euros e cinquenta e cinco cêntimos (menos oitenta e quatro mil, setecentos e quatro euros do que em trinta e um de dezembro de dois mil e doze, o que representa um decréscimo de cerca quarenta por cento; as dívidas de médio e longo prazo (empréstimos bancários) situam-se em três milhões, setecentos e seis mil, novecentos e quarenta e oito euros e quarenta e três cêntimos, menos quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e seis euros e trinta e dois cêntimos do que em trinta e um de dezembro de dois mil e doze, o que representa um decréscimo de doze por cento. -----

----- Em suma, mantivemos o nosso empenho e diligência na resolução dos problemas sociais, no apoio às Instituições de carácter cultural, social e desportivo, na valorização da agricultura e do turismo, na melhoria da qualidade de vida e financeiramente continuámos o equilíbrio sustentado do orçamento municipal, reduzindo

significativamente as dívidas do Município. Apesar dos constrangimentos orçamentais provocados pela diminuição da receita municipal, consideramos ter atingido um desempenho globalmente positivo nas atividades desenvolvidas e na receita e despesa efetuadas, pelo que solicitamos a aprovação destes Documentos de Prestação de Contas pelos Senhores Deputados Municipais.” -----

----- Terminada a exposição do relatório de atividades e contas do Município, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para quem desejasse comentar ou avaliar a apresentação dos documentos de prestação de contas que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de expor. -----

----- Registaram-se as inscrições dos senhores deputados Manuel Joaquim de Sousa do MPT e José Alberto Martins da Coligação PSD-PP, assim como a inscrição da senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira. -----

----- A senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira interveio logo depois para questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as respostas aos pedidos das juntas de freguesia à câmara municipal e também perguntou se com o aumento dos impostos e do IMI não há também um aumento da receita municipal com a nova avaliação dos imóveis no concelho. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa que, da análise feita aos *Documentos de Prestação de Contas relativos a 2013*, começou por frisar que se trata de um documento de propaganda onde a quantidade predomina em detrimento da qualidade. Não deixou também o senhor deputado de elogiar a diminuição das dívidas a credores e aos bancos, mas também frisou que a subida evidenciada da receita se deve à subida do IMI. Continuando, afirmou que se pode depreender que o investimento no concelho está estagnado e que há, inclusive, um aumento das despesas com os funcionários do município, questionando se se justifica a mobilidade interna de funcionários, tendo em conta a decrescente atividade do município. O senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa perguntou também concretamente, na página sessenta e oito do documento, sobre a referência a sessenta mil, setecentos e sessenta e seis euros e trinta cêntimos de receita não cobrada, questionando de que se trata. Terminou aludindo à política de atribuição de subsídios e se esta é para continuar nos mesmos moldes e quais os critérios para a atribuição destes valores. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado José Alberto Martins que começou por salientar o aumento significativo dos saldos da conta de dívida de

terceiros desde dois mil e sete até dois mil e treze, referiu o aumento exponencial, nomeadamente desde dois mil e nove. Referiu ainda, a propósito do Senhor Presidente ter-se pronunciado sobre algumas pessoas não poderem pagar o consumo de água potável que este valor deve ser tratado em sede de ação social e não estar refletido numa conta do ativo. Também relativamente ao documento de prestação de contas de dois mil e treze, o senhor deputado questionou o facto da dívida do Município à EPATV não estar aí refletida. O senhor deputado abordou ainda o facto de que deveria existir um indicador no relatório de gestão, para conhecimento desta Assembleia, que fornecesse um indicador das eventuais reuniões com potenciais investidores no município. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou, logo depois, da palavra para comentar as intervenções anteriores. Afirmou que o aumento do valor do IMI não se reflete no aumento da receita do Município pois tem de ser utilizado para amortizar as dívidas de médio e longo prazo deixadas pelos executivos anteriores. Adiantou que o relatório de atividades tem que ser um documento positivo, nem podia ser de outra forma, e por isso rejeita as acusações de propaganda. Sobras as despesas com o pessoal, é um facto que, devido ao pagamento dos subsídios, que são um direito dos trabalhadores, assim como ao aumento das contribuições para a Segurança Social, apoios sociais e outros impostos com os vencimentos, tal valor aumentou, mas isso é uma realidade contabilística que ninguém pode contornar. -----

----- Relativamente aos valores apresentados na página sessenta do documento, o senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a intervenção do Dr. Paulo Antunes, Chefe da UAGF da Câmara Municipal para esclarecer o assunto. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu então ao Dr. Paulo Antunes, Chefe da UAGF da Câmara Municipal, para esclarecer que o valor em causa diz respeito a faturas por liquidar. -----

----- Depois desta intervenção o senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa usou da palavra para contestar a justificação porque o valor referente a faturas por liquidar estava referido num outro ponto do documento de Prestação de Contas. -----

----- Ao que, entretanto, o Sr. Presidente da Câmara informou que se trata de um valor a ser liquidado pela Empresa Arlindo; valor que resulta de um acordo da dita empresa com o município, relacionado com um terreno que teria de ser cedido a domínio público por construção de prédios de habitação, na Vila de Terras de Bouro, e que na realidade será pago à autarquia. -----

----- De seguida e sobre a proposta do senhor deputado José Alberto Martins, no que concerne aos eventuais contactos com investidores, é um assunto a considerar e sobre a dívida à *EPATV*, o senhor Presidente informou que deu instruções aos serviços administrativos para refletir a dívida nos documentos de dois mil e catorze, uma vez que só a partir de fevereiro deste ano começa a ser liquidada, durante dez meses. Sobre a relação do Município com a *EPATV*, o senhor Presidente informou também os presentes que a referida instituição esteve dez anos em Terras de Bouro e não pagou um cêntimo nem de aluguer dos espaços nem de consumíveis, como água, eletricidade, telefone e gás. Aliás, continuou o senhor Presidente, Terras de Bouro pagou cerca de vinte por cento das obras necessárias nos pólos de Amares e Vila Verde e em Terras de Bouro foi a Câmara Municipal que pagou tudo, sem qualquer participação da *EPATV*, nem mesmo os cinquenta mil euros gastos nas obras do pólo do Gerês a *EPATV* participou, realçou o senhor Presidente da Câmara Municipal. Agora e depois do processo de privatização da *EPATV*, a Câmara Municipal de Terras de Bouro chegou a um acordo com a Direção dessa escola para a reestruturação da dívida existente e daí a decisão de se incluir esses valores só na documentação de dois mil e catorze. -----

----- O senhor deputado José Alberto Martins pediu novamente a palavra para sublinhar que se o acordo da reestruturação da dívida existente com a *EPATV* data de outubro de dois mil e treze, deveria ter sido registada independentemente da data de pagamento. O princípio da especialização do exercício, determina que os factos devem ser refletidos no período a que respeitam, sublinhou ainda que a componente económica é diferente da componente financeira e então, na sua opinião, o mesmo deveria constar dos documentos de dois mil e treze. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, senhor Guilherme Alves, colocou de seguida à consideração dos presentes os "*Documentos de Prestações de Contas relativos a 2013*", sendo estes aprovados, por maioria, com oito abstenções, cinco delas da bancada da coligação PSD/CDS-PP, do senhor deputado do MPT e dos senhores presidentes das Juntas de Freguesia de Souto e da Ribeira. -----

----- Finalmente foi apresentado o último ponto da ordem de trabalhos: Moção "40 anos da Revolução de abril 1974". -----

----- Aberto o período de inscrições sobre o quinto ponto, registou-se a intervenção do senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte para afirmar que



não concorda nem subscreve o termo “rutura”, presente na Moção e que e cita-se” não se queira estar perante uma nova Coreia do Norte ou em Cuba”, fim de citação. -----

----- Colocado, logo a seguir, à votação, o quinto da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria, com os votos contra do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto e do senhor Presidente da União das Freguesias de Choreense e Monte, além da abstenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Covide e do senhor Presidente da União das Freguesias de Chamoim e Vilar. Também pela abstenção optaram os senhores deputados da Coligação PSD-PP, o senhor deputado Agostinho Moura e ainda o senhor deputado Vítor Fernandes. -----

---- Sendo já vinte e uma horas, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

GUILHERME JOSÉ COELHO ALVES

O Secretário



